
*O porto agitado da educação: algumas notas
sobre a política de educação em Rio Grande,
no começo do século XX*

*The busy harbor of education: notes on educational politics in -
Rio Grande in the early 20th century*

*Ester Rosa Ribeiro**
*Gerson Wasen Fraga***

Resumo: O presente artigo pretende divulgar as primeiras considerações da pesquisa que tem como objeto o sistema educacional rio-grandino nas décadas iniciais do século XX e por objetivo apreender as transformações ocorridas no sistema de ensino daquele município em decorrência de dois fatores que podem ser entendidos de maneira isolada, mas que interagem simultaneamente sobre a cidade: por um lado, seu crescimento urbano e industrial, trazendo novos atores sociais e ampliando as exigências em relação ao sistema educacional; por outro, o contexto nacional marcado pela emergência de uma concepção de educação que fomentasse o sentimento de nacionalidade, exigindo que fosse estendida às camadas da população até então distantes do mundo das escolas.

Abstract: This paper presents the first results of a research project that focuses the educational system of the harbor city of Rio Grande in the first decades of the 20th century, and aims at observing the transformations undergone by the system due to two isolated factors, which may be seen in interaction: the urban and industrial growth of the city, with the coming of new social actors and new demands in terms of education, and the Brazilian national context, at that needed education to highlight the sense of nationalism and to be extended to levels of the population never reached before.

Palavras-chave: Educação. Rio Grande – RS. Sistema educacional.

Keywords: Education. Rio Grande – RS. Educational system.

* Licenciada em História pela Fundação Universidade Federal de Rio Grande (Furg).

** Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Introdução

Cidade localizada em região estratégica, é um dos portos mais importantes de um país que passa por profundas transformações estruturais. Indústrias que surgem sedentas de mão de obra que até elas acorrem em busca de um futuro melhor. A malha urbana se expande em direção ao pórtico da cidade e para além dele, conferindo à urbe uma face nova e até hoje desconhecida. Para além do pórtico, o estado passa a investir na constituição do sentimento de nacionalidade entre seus cidadãos, por mais que a cidadania seja, ainda, um conceito bastante vago. Máquinas modernas incrementam a produção e exigem trabalhadores mais qualificados, um sistema educacional em necessária transformação e ampliação, exigindo do poder municipal um conjunto de ações para suprir suas novas necessidades.

Tal era a cidade de Rio Grande no começo do século XX: um local em expansão econômica e demográfica, cujas transformações traziam consigo novas exigências a serem sanadas pelo poder público. Uma dessas estava relacionada ao sistema de educação do município, que deveria ser, necessariamente, expandido, a fim de responder de forma positiva à nova realidade. Assim, novas escolas eram construídas, seguindo o caminho do crescimento da cidade, ao mesmo tempo que os estabelecimentos de ensino (já existentes), no meio urbano ou rural, estavam adequados às novas políticas de educação.

Neste trabalho, pretendemos divulgar as primeiras considerações de uma pesquisa que tem como objeto o sistema educacional rio-grandino nas décadas iniciais do século XX. Nosso objetivo consiste em apreender as transformações ocorridas no sistema de ensino daquele município, em decorrência de dois fatores que podem ser entendidos de maneira isolada, mas que interagem simultaneamente sobre a cidade: por um lado, seu crescimento urbano e industrial, trazendo novos atores sociais e ampliando as exigências em relação ao sistema educacional; por outro, o contexto nacional marcado pela emergência de uma concepção de educação que fomentasse o sentimento de nacionalidade, exigindo que fosse estendida às camadas da população até então distantes do mundo das escolas.

Das fontes

Os documentos que servem como fontes à pesquisa ora apresentada dizem respeito à educação na cidade de Rio Grande, durante, aproximadamente, um século, sendo, em sua maioria, relativos à primeira metade do século XX. São sindicâncias, relatórios, “movimentos das escolas”, balancetes, atas, documentos sobre reformas, a correspondência geral dos inspetores ao prefeito, entre outros.

Esses documentos estavam guardados no Arquivo da Prefeitura Municipal de Rio Grande, em completa desorganização, sem condições de uso imediato para pesquisa, “amontoados”, assim como outros documentos de igual importância para o estudo histórico da cidade.

Em 2006 um incêndio destruiu parcialmente o prédio da Prefeitura, por pouco não atingiu o arquivo. Visando à preservação dos documentos lá localizados, foi desenvolvido o projeto “Memória e informação: salvamento do patrimônio documental de Rio Grande”, liderado pela professora Marcia Naomi Kuniochi, da Furg. Tal projeto envolveu 15 acadêmicos nas atividades de higienização e catalogação. No grande volume do acervo, foram descobertos documentos relativos à educação no município, momento em que os autores deste texto entraram como convidados, executando o trabalho de digitalização dessa parcela do acervo. Observando os 1.843 documentos fotografados, percebe-se a imensa e fundamental importância deles para o estudo da história da cidade e das políticas de educação nela desenvolvidas.

A cidade e a educação

Mas como era essa cidade chamada *Rio Grande* na primeira metade do século XX? E como era seu sistema educacional?

Já a partir de fins do século XIX, Rio Grande conhecia um vigoroso processo de crescimento urbano, fruto de sua condição privilegiada de escoadouro da produção regional. Inicialmente situada na extremidade de uma península entre o mar e a lagoa dos Patos, a cidade expandiu sua malha urbana na década de 70 (dos anos 800), com o surgimento de grandes indústrias que aproveitavam a condição geográfica da urbe, tais como a indústria de biscoitos e enlatados Leal Santos (1890); a fábrica de charutos Pooch (1891), a tecelagem Rheingantz (1873), entre outras. Essa última, em especial, se tornou uma referência nesse processo, aliando

sua sede produtiva à construção de uma importante vila operária em seu entorno, dotada não apenas de casas alugadas a baixo custo aos trabalhadores, mas também inserindo uma escola na planta da fábrica. Segundo Pedroso, diante da perspectiva de que a ordem pudesse vir a ser perturbada pela ação dos sindicatos, a Rheingantz desenvolvia uma estratégia de dominação social e construção de pensamento, educando os filhos dos operários dentro da lógica de um papel social a ser cumprido. (2007, p. 21). A industrialização da cidade continuaria no novo século, com indústrias de grande porte, como o Frigorífico Swift (1917), que se aproveitava da existência de uma estrutura de transportes ligando a região de produção pecuária ao porto (a Estrada de Ferro Rio Grande-Bagé, fundada em 1884). (TORRES, 2008, p. 9-18).

A continuidade desse processo, a partir da entrada do século XX, foi perceptível também através da execução de novas e importantes obras. Na primeira metade da década de 10 (séc. XX), os “Molhes da Barra”, construção gigantesca que empregou milhares de trabalhadores, passou a facilitar o acesso das embarcações à cidade, na mesma época em que um novo porto era inaugurado (1915), ampliando a capacidade de escoamento da produção regional, a importância estratégica da cidade e seu poder de atração sobre a mão de obra. Simultaneamente, o porto mostrava-se, também, como porta de entrada, trazendo ao município de Rio Grande muitos dos aspectos da vida moderna. Firmava-se, assim, o início de um novo período de sua história.

Uma cidade operária, onde a indústria sobrepujava a vocação pesqueira trazida pelos imigrantes açorianos, onde a população tentava sobreviver amontoada em cortiços constantemente fiscalizados pelas autoridades e os sindicatos organizavam-se na luta por direitos para os trabalhadores, entre constantes conflitos e greves. Uma cidade burguesa, onde grandes companhias de teatro e balé, rumo a Porto Alegre ou Buenos Aires, faziam escala, com apresentações nos vários teatros da cidade, também repleta de cinemas e praças, onde aos domingos as famílias iam passear. Cidade portuária, com comércio forte, navios com diversas bandeiras tremulando em seus mastros, incontáveis estranhos desembarcando diariamente. A modernidade havia chegado. (OLINTO, 1996, p. 157-158).

Os crescimentos industrial e demográfico demandavam também o surgimento de novos serviços. Assim, as ruas da cidade moderna passaram a ser ocupadas por bondes elétricos em substituição aos antigos veículos

tracionados por força animal, enquanto em seu subsolo a rede de esgotos passava a ser instalada. Nessas mesmas ruas, as escolas tornavam-se uma necessidade social.

INTENDÊNCIA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
INSPECTORIA DAS ESCOLAS MUNICIPAES

Rio Grande, 21 de julho de 1930.

Exmo. Sr. Dr. Intendente Municipal,

Passando ás mãos de V.Exa. a presente solicitação dos moradores da linha do Matadouro, cumpre-me accentuar a justiça do pedido nella contido, principalmente porque, sendo uma zona de franco desenvolvimento, não possui um só estabelecimento de ensino localisado em condições de facil acesso ás creanças que ali residem.

Desde o anno passado que esta Inspectoria vem sendo instada por moradores desta localidade para que interceda junto de V. Exa. no sentido de ser effectivada esta aspiração dos municipes ali residentes. Entretanto, a falta de oportunidade economica, de que esta Inspectoria havia sciencia, protelou a proposta que ora fazemos e que atende ás necessidades de um forte nucleo de população escolar.¹

É sobre essa necessidade em expansão no município que os documentos coletados nos falam. Em um primeiro contato, alguns aspectos chamam a nossa atenção, devendo se constituir nos parâmetros iniciais – embora não definitivos – sobre os quais constituiremos este trabalho. Inicialmente, o processo de urbanização e industrialização que se instaurava pela cidade de Rio Grande não significava, evidentemente, uma transformação completa em sua natureza de uma hora para outra. Assim, persistiria, no município, ao lado das zonas em expansão, um meio rural, com escolas já constituídas e que geralmente se caracterizavam (e se caracterizam) por uma estrutura que, sem receio de anacronismos, poderíamos classificar como *precária*.

Nº XXXIII – MARAMBAIA – Esta aula, antes de ser ocupada pelo actual regente Luiz Hartung, nunca havia apresentado matrícula superior a 22 alumnos. Hoje está com 38 alumnos e com excellente freqüência. Entretanto, o predio, como já tive occasião de referir a V.Exa.é perfeitamente imprestavel e com a circumstancia de não comportar reparos em condições vantajosas para o município.²

Dessa forma, levantamos a hipótese de que o município não estaria a passar por uma transformação completa em sua natureza produtiva, havendo, antes, a sobreposição de duas matrizes diversas que conduziriam igualmente a realidades educacionais distintas em um mesmo recorte espacial.

Se este primeiro olhar aos documentos nos revela a precariedade de algumas das escolas existentes no meio rural (não todas, é justo frisar), no meio urbano podemos apontar a existência de outras questões, tais como o excesso de alunos em algumas instituições (fruto, certamente, do crescimento demográfico); a preocupação com os festejos de datas comemorativas (algo condizente com a implantação de um projeto educacional voltado ao desenvolvimento de noções de civismo) ou, ainda, a já referida expansão da malha educacional para bairros afastados e de ocupação recente. Dessa forma, a história da educação no município de Rio Grande acaba se confundindo com a sua própria história, possibilitando que extrapulemos a figura dos principais administradores, na medida em que nos será permitido dar voz a outros personagens sociais, tais como professores, inspetores de ensino e pais de alunos.

Outro aspecto de riqueza proporcionada pela documentação está no que tange ao cotidiano da atividade escolar, entendido não somente como o momento de sala de aula, mas abrangendo, também, as dificuldades impostas pelas relações pessoais entre os diversos atores da urbe. Nesse caso, podemos pensar no choque entre a necessidade de os alunos se fazerem presentes na produção rural em oposição à sua frequência na escola; nas relações pessoais nem sempre fáceis entre os docentes e a comunidade no entorno do estabelecimento de ensino; nas avaliações do trabalho de novos e antigos professores; e, no extremo, em dificuldades enfrentadas pelos docentes em sua vida pessoal. Em outras palavras, emana da documentação uma sociedade em que a transformação também se materializa em conflitos, sendo as escolas uma das arenas onde esses terão seus desenlaces.

ESCOLA N° XII – Bosque. No dia 12, pela segunda vez, este mez, estive nesta escola, não encontrando nenhum alumno em classe. A professora, como já informei a V.Exa. allega falta de creanças em idade escolar. Em verdade, porem, verifiquei que a mesma havia feito constar que ia fechar a aula e, assim, os paes se abstinham de enviar seus filhos. Percorri, com ella, o local e consegui recensar 23 creanças, cujos paes prometteram mandal-as ao collegio. Espero o resultado do corrente mez para propor uma providencia condizente com o caso.³

Dessa forma, o crescimento em importância econômica da cidade de Rio Grande trazia consigo a necessidade de importantes ajustes e transformações na educação. Essa, porém, sofrerá, também, a influência das mudanças ocorridas no contexto político que se implementava no País.

Um novo contexto para a educação riograndina

Sob um primeiro olhar, os documentos encontrados e referentes ao período anterior a 1930 demonstram a existência de um desacordo entre a indiferença oficial do estado para com a ampliação da educação ou a ineficiência das reformas educacionais então propostas e o surgimento de uma preocupação maior por parte do poder municipal para com suas escolas. Apoiados na proposta de Romanelli, de que a organização do ensino no Brasil no período anterior a 1930 refletia uma concepção dual de sociedade que “era o próprio retrato da organização social brasileira” (ROMANELLI, 1978, p. 41), propomos que o crescimento da cidade de Rio Grande, no período anterior a 1930, teria oportunizado o surgimento de um amplo extrato médio, integrado por comerciantes, um oficialato de baixa patente ou mesmo por uma diminuta elite dentro das fábricas. Contudo, o surgimento de um novo contexto político a partir de 1930 traria novidades para a organização da educação brasileira, o que se refletiria igualmente no agitado porto ao Sul do Brasil. Olhemos rapidamente para o contexto mais amplo a partir do chamado Primeiro Governo Vargas, para então voltarmos ao nosso cenário.

A primeira iniciativa relacionada à educação no governo Vargas foi a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, seguida de uma reforma educacional. Essa reforma, que ficou conhecida pelo nome de seu proponente (Reforma Francisco Campos) mudou a estrutura do ensino, organizando os sistemas universitário e secundário, ambas atribuições da União desde a República Velha. De acordo com Peixoto (1983, p. 201), a “Reforma de Francisco Campos, marca, assim, o início de uma ação mais objetiva do Estado brasileiro em relação ao ensino”. Dentro desse espírito, surgiu, em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação, no qual se discutiam soluções através da criação do “Plano Nacional de Educação”, da regionalização do ensino e da defesa da escola pública. Na Constituição de 1934, a educação apareceria como um direito de todos, e a União passaria a fiscalizar e coordenar o ensino no

País. Os estados precisavam, segundo o artigo 151, organizar e manter os seus sistemas educacionais, segundo as diretrizes definidas pela União e pelos Conselhos Estaduais de Educação.

Ainda nos idos da década de 30 do séc. XX, ocorreram reformas educacionais como a de Gustavo Capanema, que, segundo Saviani (2005, p. 33), acentuaram o dualismo no ensino, com o nível secundário voltado à elite, e o ensino técnico voltado à formação do povo, estabelecendo uma separação entre o ensino das elites, destinadas ao trabalho intelectual, e a educação popular voltada à preparação e ao adestramento dos trabalhadores manuais.

Com o golpe de 1937, as ideias sobre educação foram pautadas no autoritarismo, no nacionalismo e na formação moral e cívica. A justificativa para o golpe foi baseada na manutenção da ordem e no combate às oposições, o que conduzia à centralização do poder. Esse mesmo Estado centralizador e autoritário observa na educação a finalidade de socializar o homem. Segundo Oliveira, o conceito de educação no Estado Novo devia atrelar ao indivíduo a ideia de nacionalidade:

Sua finalidade é consolidar a unidade moral e espiritual do país, é fundamental que no processo de preparação das novas gerações estejam incluídos o respeito a pátria, seus símbolos e tradições, o conhecimento de nossas riquezas e potencialidades. (2005, p. 128).

Dessa forma, para combater ideias e ações educacionais divergentes em relação às políticas nacionalistas, foram criadas ações para plasmar as ideias nacionais. Entre essas estava a obrigatoriedade do ensino de Língua Portuguesa e o estudo de história e geografia do Brasil. Para zelar pelo cumprimento de tais normas, durante o Estado Novo, o controle da qualidade da educação era feito pela figura de um inspetor de educação, “na forma de inspeção rigorosa e pontual de questões que eram entendidas como prioritárias e, como tal, verificadas com rigor, em seu cumprimento”. (FERREIRA; FORTUNATO, 2006, p. 2).

Aproximando-nos de nosso objeto de estudo: a educação na cidade de Rio Grande, podemos observar que no Rio Grande do Sul, durante o Estado Novo, segundo Gertz (2005, p. 98), perseguiram-se três objetivos no campo do ensino básico: ampliação do número de escolas e professores; definição do plano de carreira; e elaboração de normas e critérios para as escolas.

Em outros trabalhos desenvolvidos, utilizando documentos, foi possível observar um distanciamento entre o projeto nacional e a realidade escolar rio-grandina, na década de 30 (séc. XX), dadas as condições estruturais em que se encontravam as escolas.

Na documentação da Inspetoria durante o Estado Novo, a centralização de decisões e a desconsideração para com os analfabetos estão presentes. Na correspondência do inspetor ao prefeito existe desde o pedido de autorização de conserto de fechaduras em escola até a aprovação de datas de exames, entre outros. Quanto ao analfabetismo, há uma declaração do escriturário da Inspetoria onde a desconsideração é nítida:

A quasi totalidade dos habitantes da povoação [moradores do bairro Bosque Silveira] compõem-se de chacareiros e pescadores, gente de pouca ou nenhuma instrução, donde a dificuldade de se firmar uma base concreta para um parecer sôbre o caso em tela.⁴

Segundo Fonseca (2004), um aspecto da educação nacionalista era a desqualificação de elementos indesejados para a formação de uma identidade nacional coletiva, e a desqualificação, como a citação acima explicita.

Nos documentos é possível perceber algumas mudanças determinadas pelas políticas públicas nacionais, como é o caso da centralização do poder. Ao longo das duas primeiras décadas do século XX, a relação entre as escolas e o prefeito se dava muitas vezes sem a ação de intermediários. As escolas enviavam diretamente ao gabinete suas solicitações e documentos referentes ao andamento das mesmas como é possível observar no documento citado abaixo:

Rio Grande, 11 de junho de 1908
Ilmo Sr Capitão Dr Juvenal O. Miller
DD Intendente do Município
Tendo cessado a enfermidade de que fôra acometida uma filha da Sra Dra Alice de Assumpção Pinto preceptora desta aula, que estou dirigindo interinamente, venho com a devida venia solicitar de V. Sa se digne de conseder a necessária permissão para restabelecer o seu funcionamento.
Aproveito o ensejo para apresentar a V. Sa os pratestos de minha elevada estima e consideração.
Saude e fraternidade
Amalia Costa
Professora interina.⁵

Entretanto, havia uma Inspetoria de Educação no município, responsável pela mediação entre as escolas e a prefeitura. No mesmo ano do documento citado acima, o inspetor enviou um ofício ao prefeito no qual dizia que não tem cumprido com seus deveres: “Peço-vos desculpas não ter ha mais tempo cumprido com este dever [inspeções], aguardando vossas ordens que serão cumpridas com a maior satisfação.”⁶

A partir da década de 30 (séc. XX), desaparecem as correspondências diretas das escolas ao prefeito. A figura dos inspetores passa a dominar a comunicação. São os ofícios diários contando em minúcias as atividades escolares, sugerindo ao Executivo melhorias, obras e a solução de questões referentes aos professores e à sua didática. Para demonstrar a produtividade do aparelho escolar, surgem os relatórios anuais dos inspetores, reunindo informações sobre as escolas, como: frequência dos professores e alunos, material de que as mesmas dispunham e necessitavam e suas condições materiais. Também frisam, nos relatórios, o papel de extrema utilidade da inspetoria:

Enfim, podemos dizer, com convicção, que, atualmente, o mecanismo escolar municipal funciona com regularidade, o que eloqüentemente demonstra a maioria das escolas que cumprem religiosamente as instruções desta inspetoria que teve por muito recomendar a observância dos programas, caixas escolares, ginástica, hinos, comemorações cívicas, etc.⁷

Os inspetores, entretanto, mesmo dominando a cena educacional, não tinham poder de ação como destinar verbas ou substituir professores. Eles tinham autoridade para circular pelas escolas, testar alunos e docentes, mas qualquer atitude a ser tomada devia ter a permissão do prefeito que centralizava o poder.

A centralização de poder era algo, como já discutido, usado para combater as divergências em relação ao projeto maior de pátria e cidadania. Era necessário, em Rio Grande, dar identidade à cidade e a seus moradores, mesmo que ela estivesse em constante crescimento, não permitindo nada contrário aos projetos. E o sistema escolar, que fazia parte das atribuições municipais, não poderia ficar sem uma monitoração constante.

Últimas considerações

Dessa forma, podemos concluir, provisoriamente, que, em Rio Grande, no início do século XX, havia um sistema escolar que acompanhava as transformações da cidade, se expandindo e propondo novos problemas ao poder público. Tal expansão, contudo, se localizava entre a modernidade proporcionada pela condição privilegiada de ser uma cidade perto do mar, e o tradicional, entendido esse não somente como referente aos núcleos mais afastados da urbe, mas também em privilegiar um estilo de ensino dual, onde os novos trabalhadores deveriam ser educados, a fim de ocuparem um lugar previamente determinado dentro da sociedade.

A agitação do porto e das indústrias provocava, também, a agitação no ensino, agitação essa que o caráter centralizador do poder público se esforçaria para manter dentro de padrões e planejamentos previamente estipulados.

Notas

¹ Ofício do inspetor das escolas municipais ao Intendente Municipal, datado de 21 de julho de 1930. Uma vez que nossa ação no arquivo, digitalizando os documentos, se deu no momento em que o mesmo se encontrava em processo de reorganização, não temos, infelizmente, como indicar com precisão as caixas em que os mesmos se encontram, como seria adequado para um trabalho historiográfico. A documentação, higienizada e reorganizada, foi transferida para o prédio da Câmara do Comércio de Rio Grande. Mantivemos aqui a grafia original.

² Ofício do inspetor das escolas municipais ao Intendente Municipal, datado de 7 de agosto de 1930.

³ Ofício do Inspetor das escolas municipais ao Intendente Municipal, datado de 16 de abril de 1930.

⁴ Sindicância da Escola número XII, de 16 de outubro de 1939.

⁵ Ofício enviado ao prefeito.

⁶ Ofício enviado pelo inspetor Domingos José Bento ao prefeito, em 10 de janeiro de 1908.

⁷ Relatório do exercício do ano letivo de 1939, 8 de janeiro de 1940.

Referências

- FERREIRA, Naura Syria Carapeto; FORTUNATO, Sarita Aparecida de Oliveira. A inspeção escolar como forma de controle do Estado Novo: uma contribuição às origens da gestão da educação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4., 2006, Goiânia. *Anais...* Goiânia, 2006. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-e-co-autorais-eixo03.htm>>. Acesso em: 26 maio 2008.
- FONSECA, Thais. História cultural e história da educação: diversidade e entrecruzamento de fontes. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3., 2004, Curitiba. *Anais...* Curitiba, 2004. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo1/262.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2008.
- GERTZ, René. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2005.
- OLINTO, Beatriz Anselmo. Fragmentos de uma cidade: a cidade de Rio Grande frente a alguns aspectos da modernidade. *Biblos* – Revista do Departamento de Biblioteconomia e História. Rio Grande: Ed. da Furg, v. 8, 1996.
- OLIVEIRA, Lindamir Cardoso Vieira. Contribuições à história das relações estado/educação escolar: o período de 1937 a 1946. *História da Educação*, Pelotas: ASPHE/Fae/UFPEL, n. 18, p. 121-144, set. 2005.
- PEDROSO, Ticiano Duarte. *Saneamento e progresso: o projeto de saneamento da cidade de Rio Grande: do plano à implantação (1909-1923)*. Rio Grande: 2007. Mimeografado.
- PEIXOTO, Ana Maria Casassanta. Reflexos da Revolução de 1930 na educação brasileira. In: VVAA. SIMPÓSIO SOBRE A REVOLUÇÃO DE 30. 1980. Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Erus, 1983.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil (1930/1973)*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- SAVIANI, Dermeval. A política educacional no Brasil. In: STHEFANO, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). *Histórias e memórias da educação no Brasil: século XX*. Petrópolis: Vozes, 2005. v. III.
- TORRES, Luiz Henrique. Cronologia básica da história da cidade do Rio Grande (1737-1947). *Biblos* – Revista do Departamento de Biblioteconomia e História. Rio Grande: Ed. da Furg, v. 22, 2008.

Recebido em 27 de abril de 2009 e aprovado em 22 de junho de 2009.